

## Vinho novo

João Dionísio  
Centro de Linguística  
Universidade de Lisboa

O denominador comum óbvio dos artigos aqui reunidos é reflectirem sobre literatura portuguesa, representada por um *corpus* cuja época de produção se estende desde o séc. XIII até ao séc. XVIII. Além da amplitude do arco cronológico, nota-se que são estudadas obras pertencentes a géneros muito diferentes: cantigas trovadorescas, poesia devocional, prosa didáctica, poesia alegórica, teatro cómico, versos de propaganda, comentários, sermonária e teatro trágico. Todos os artigos procuram lançar luz sobre aspectos desconhecidos ou pouco conhecidos das obras sobre as quais apresentam reflexão: ou porque os textos em causa desencadeiam problemas de compreensão, ou porque não estão suficientemente enquadrados (histórica, linguística ou genologicamente), ou ainda porque, pouco difundidos, tinham caído no esquecimento.

Há um outro denominador comum aos artigos seleccionados, conhecido apenas (até agora) dos seus autores e da coordenação do volume. Porque não me parece desinteressante dar pública nota do desafio lançado aos autores convidados a colaborar, deixo este apontamento de índole genética. De início, foi pedido que os trabalhos incidissem em exemplos do modo como a descoberta de novos testemunhos, como a revisitação de testemunhos conhecidos ou (ponto terminal de um percurso que começa por ambas as etapas anteriores ou alguma delas) como o aparecimento de uma nova edição condicionam ou determinam novas interpretações. Quem hoje leia os artigos dados para publicação perceberá de imediato que o primeiro denominador comum prevaleceu substancialmente sobre o segundo. Até por esta razão, gostaria de indicar brevemente os aspectos em que estes trabalhos evidenciam o cumprimento, mais discreto ou mais nítido, do desafio originalmente formulado. Se imaginarmos um *continuum* entre o grau máximo de atenção conferido a aspectos materiais da circulação e o grau máximo de exegese literária ou cultural com vínculo menor a estes aspectos, pode ser traçada uma linha assim graduada. Numa extremidade encontra-se o estudo de Susana Pedro sobre características codicológicas do manuscrito Português 5, da Biblioteca Nacional de França, o mais importante testemunho do *Leal Conselheiro*, de D. Duarte. Na sua proximidade encontra-se o trabalho de Vanda Anastácio sobre D. Mariana de Luna. Em ambos os casos, vigora o entendimento segundo o qual o meio é (também) a mensagem. No grau seguinte, centrados em questões de apuramento de sentido a partir da análise material estão os artigos de Stephen Parkinson, Rip Cohen, Cristina Almeida Ribeiro e Sara Rodrigues de Sousa, José Camões e Isabel Pinto. De modos diferentes (uns mais centrados na detecção de erro e, quando possível, na sua correcção; outros em perspectiva mais descritiva fundada na recensão, colação e estemática), vigora neste grupo o entendimento de que o meio condiciona a

mensagem. Um último grupo, de que fazem parte as reflexões de Ângela Correia, T. F. Earle, Isabel Almeida e Arnaldo Espírito Santo, parece estabelecer de maneira menos ostensiva um vínculo entre texto e testemunho por estarem consagradas a questões situadas além do plano material. Ainda assim, não passará despercebido que o artigo de Ângela Correia só pode ser produzido na sequência de trabalho editorial sobre o *corpus* trovadoresco de Joam Soares Coelho e que a releitura do chamado “ciclo da ama” depende do escrutínio das edições dos trovadores cujas cantigas a ele pertencem. De maneira semelhante ao que sucede no segundo grupo, mas em zona algo periférica no artigo de T. F. Earle, também se identifica um problema textual (no caso, uma estranheza no enredo da *Comédia do Cioso*, de António Ferreira) que poderia ser explicado pela conjectura da existência de uma edição anterior à que sobrevive. A proposta de Isabel Almeida funda-se em projecto editorial em curso sobre um *codex unicus* e inclui hipótese a propósito da génese do texto em função da avaliação de anotações presentes no manuscrito. Curiosamente, o artigo de Arnaldo Espírito Santo, sobre a retórica do elogio nos sermões de Padre António Vieira, será talvez o que mais na sombra deixa o vínculo testemunho/texto. Digo “curiosamente” porque o autor do artigo coordena um dos mais impressionantes projectos de edição crítica actualmente em curso em Portugal, dedicado à obra do Padre António Vieira. Daqui parece resultar o entendimento de que as edições são instrumentos silenciosos ao serviço dos textos de que são veículo.

Feito este apontamento genético, vejamos em traços rápidos a matéria de cada artigo, na ordem cronológica de assunto a que obedeceu a sua apresentação neste número da *eHumanista*.

Num trabalho que, embora de aparência microfilológica, ilustra o desempenho das tarefas mais básicas da crítica textual (identificação do erro e correcção) como suporte do *judicium*, Rip Cohen defende a necessidade de corrigir o texto de duas cantigas de amigo: Johan Zorro, “Pela ribeira do rio” (**B** 1155 **V** 757) e Johan Perez d’ Avoin, “Quando se foi noutro dia daqui” (**B** 665, **V** 267). No primeiro caso, está em causa saber interpretar a falta de texto, no quadro dos procedimentos abreviativos da transcrição do refrão pelos copistas dos cancioneiros mandados fazer pelo humanista italiano Angelo Colocci. Contra quem defende na cantiga de Zorro a existência de refrão de três versos, Cohen argumenta a favor de um refrão de dois versos com um verso intercalado em variação. Para tanto, recorre ao conhecimento dos hábitos de copistas, conjectura que o erro terá sido cometido num ponto alto da tradição, e convoca frequências de ocorrência no *corpus* literário em apreço tanto de um dispositivo que se julga reconhecer (a técnica do dobre), como do léxico do género. Quanto ao segundo caso, uma vez advertido o problema, Cohen faz uso na emenda do critério de economia, procurando garantir consistência semântica, métrica e pragmática (sem a compreensão da qual, advoga o autor, o sentido não pode ser devidamente escrutinado).

Ângela Correia explora a dupla condição afirmada por Joam Soares Coelho de letrado e trovador a partir da palavra latina (*amma*), que este trovador utiliza para, ao

mesmo tempo, designar e ocultar a identidade da dama louvada. A palavra em causa, vocábulo correspondente à alcunha da dama (a Mocha), prestou-se também a jogos com palavras derivadas de “amar”, mas a equívocos com a categoria social e função da ama na sociedade do tempo. Ângela Correia revisita as cantigas pertencentes ao chamado ciclo da ama, explicando as motivações de Joam Soares Coelho e as críticas que lhe são dirigidas por vários trovadores, relacionando-as com o modo como a ambiguidade é abordada em tratados de retórica. Ao proceder a um alargamento do *corpus* em análise, que estende a outras cantigas de Joam Soares Coelho, e à determinação do significado de certos termos através de abonações colhidas de várias obras medievais escritas em português, a autora propõe que a dupla condição afirmada pelo trovador será menos fruto de ficção literária e mais resultado de uma realidade, incomum mas possível.

Stephen Parkinson tem dado atenção ao estudo dos vestígios subsistentes nos manuscritos das *Cantigas de Santa Maria* que permitam perceber melhor o processo de desenvolvimento deste projecto de Alfonso X. Os dados reunidos em diferentes ocasiões permitem contestar a ideia de que o manuscrito *E*, o mais extenso testemunho da compilação alfonsina, possa ser tomado como um *codex princeps*. No presente artigo, Parkinson observa detidamente a complexa cantiga 173, “Tantas en Santa Maria | son mercees e bondades”, na qual detecta problemas métricos e narrativos, além de uma particularidade estranha na situação manuscrita em que este *miragre* se encontra no testemunho *T*. Por isso, a observação material e textual conduz à hipótese de que tenha sido gerada uma articulação entre partes de dois poemas numa única composição. Acresce que a análise das miniaturas referentes a este milagre evidencia uma possível terceira versão da narrativa. Em função destes elementos, Parkinson constrói uma explicação sofisticada acerca do processo de constituição desta narrativa textual e visual, propondo que se entenda como etapas separadas do projecto alfonsino a recolha, a composição e a compilação. Corolário desta proposta é a defesa de uma noção oficial de autoria no âmbito do projecto das cantigas marianas.

Exemplo de uma tradição manuscrita da literatura portuguesa medieval que nos habituámos a considerar predominantemente atestada por manuscritos únicos, o códice Português 5 da Biblioteca Nacional de França tem servido sobretudo como meio de elaborar edições dos tratados de D. Duarte (1391-1438), o *Leal Conselheiro* e o *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar toda a Sela*, e muito menos como objecto de estudo em si mesmo. Portanto, Susana Pedro faz uma abordagem desenvolvida de aspectos codicológicos deste manuscrito, passando em revista as descrições materiais até hoje dadas a conhecer, apresentando depois uma proposta de explicação da estrutura do livro e tecendo observações sobre algumas características codicológicas e paleográficas merecedoras de interesse especial. É assim dada atenção sistemática a uma série de campos descritivos de análise material, sem se perder de vista o objectivo de explicar o processo de constituição do códice. Susana Pedro propõe, no âmbito da secção do artigo sobre a decoração, uma revisão do estabelecimento do texto num lugar até agora convergentemente tratado por todos os editores e reflecte sobre o que

vários estudiosos do *Leal Conselheiro* têm considerado o inacabamento do manuscrito. Justifica destaque a conclusão relativa à co-presença no mesmo objecto de duas unidades codicológicas com características diferenciadoras e outras de continuidade.

Cristina Almeida Ribeiro e Sara Rodrigues de Sousa seleccionaram umas trovas de Duarte de Brito integradas no *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, de 1516, para testar uma hipótese: em que medida as dificuldades de entendimento de um texto causadas por tradição fundada numa única edição do *Cancioneiro Geral* poderiam ser, se não compensadas, pelo menos minoradas, pela análise de estados diferenciados da mesma edição? Foram identificados e caracterizados os principais problemas de transmissão colocados pelo poema de Duarte de Brito, sobretudo de índole métrico-rimática e semântica, mais raramente de ordem sintáctica, tendo sido equacionadas e comentadas as propostas de solução que a tradição crítica considerou até ao momento. Pôde depois observar-se que as variantes proporcionadas pela análise dos estados nem permitem identificar uma alternativa ao texto conhecido nem conjecturar a forma como ele se apresentaria antes da primeira impressão do livro. Com efeito, uma vez cuidadosamente elaborada a colação de espectro amplo entre dois testemunhos representativos de estados diferentes, o levantamento das variantes obtido por este meio não evidenciou divergências que pudessem ser tomadas como indícios de solução possível para os problemas antes arrolados. O artigo é complementado, em anexo, pela transcrição integral do poema de acordo com os dois estados da difusão impressa.

Na década seguinte à publicação do *Cancioneiro* de Resende nasce António Ferreira (1529-68), cujas comédias são estudadas por T. F. Earle. O artigo centra-se nas relações entre as figuras femininas e as figuras de autoridade masculinas no teatro cómico de António Ferreira, no pano de fundo da comédia romana (em especial, Plauto) e da constituição de um cânone dramático português (assumindo nesta vertente particular importância a procura de uma poética diversa da de Sá de Miranda). “Ó mulher forte!”, diz Afonso IV na *Castro* dirigindo-se a Inês de Castro, numa exclamação que, sugere Earle, pode aplicar-se às personagens femininas, independentemente da ocupação ou classe social a que pertencem, das comédias ferreirianas: sólidas, seguras, constantes, ao contrário da fraqueza e volatilidade que caracteriza os homens. A perspectiva, digamos, feminista de António Ferreira contrasta deliberadamente com a de Sá de Miranda, de orientação misógina, especialmente nas suas peças, o que Earle interpreta no âmbito da construção incipiente de um género dramático nacional. Neste processo, o autor admite que possam ter exercido algum influência em António Ferreira (ou no mínimo que sinalizem uma tendência pró-feminina no espírito da época) o *Espelho de Casados* de João de Barros, publicado em 1540, e os *Colloquia* de Erasmo, vindos a lume em Coimbra entre 1545 e 1552.

O artigo de Isabel Almeida resulta do trabalho em curso para a edição de *Os Lusíadas de Luis de Camões príncipe dos poetas heroicos comentados por o P. D.*

*Marcos de S. Lçº Conego Regular da Congregacao de Sancta Crus de Coimbra.* Na reflexão sobre os comentários de D. Marcos de S. Lourenço, que falece em 1645, é apurado o momento da tomada de decisão de os elaborar, explicado em carta a Jorge Cardoso (“e daquele instante tomei a minha conta comentar isto como havia de ser”); destaca-se o propósito correctivo em competição com os comentários de Manuel Correia; infere-se também o ritmo de elaboração dos apontamentos exegeticos a partir de anotações no manuscrito; delimita-se ainda o período no âmbito do qual terá sido feita a primeira redacção deste texto, ainda sob a forma de rascunho (entre 1584 e 1613). O artigo de Isabel Almeida desenrola-se sob signo especular: buscar “a fonte donde derivou Camões as suas sutilezas” é também delimitar o que há de próprio e diferencial no épico português; de maneira aparentada, buscar as fontes de D. Marcos é deslindar igualmente o que há, por um lado, de erudição colhida de florilégios, por outro, de dimensão digressiva e pessoal, no sentido bem contingente do termo, nos seus comentários. Nesta segunda dimensão tem papel relevante o comentador ter dado voz à sua experiência porque, afinal, também imaginou um poeta que “conta o que lhe aconteceu e experimentou”.

Poucos anos antes de falecer D. Marcos, vem a lume *O Ramalhete de flores à felicidade deste Reyno de Portugal em sua milagrosa Restauração por sua Magestade Dom João IV do nome*, impresso em 1642, de D. Mariana de Luna. É sobre ele que se debruça Vanda Anastácio, enquanto caso, mais do que exemplo, de literatura feminina em Portugal no séc. XVII. O *Ramalhete* terá circulado no ambiente intelectual e aristocrático favorável à causa restauracionista e Vanda Anastácio procede a uma avaliação comparativa de aspectos do código bibliográfico do opúsculo para o aproximar de uma série de outros impressos com características bem eloquentes a respeito desse ambiente. Os impressos em causa são o da *Gazeta da Restauração*, criada para anunciar as vitórias do exército de D. João IV; das *relações* de batalhas vencidas pela causa de D. João de Bragança, publicadas na mesma época; e ainda de panfletos catalães de apoio ao rei português, que terão sido traduzidos em Lisboa no início da Guerra da Restauração. Vanda Anastácio chama atenção para o facto de o *Ramalhete* não ter passado pela tramitação comum das três instâncias censórias, o que costumava suceder com publicações de propaganda apoiadas pelo monarca. Os dados propriamente textuais, bem como o uso do castelhano (utilizado com vista a tornar o texto compreensível por um público vasto), estão sintonizados com esta interpretação do código bibliográfico do livro de D. Mariana de Luna.

A retórica do elogio nos *Sermões* do Padre António Vieira (1608-97) é abordada no artigo de Arnaldo Espírito Santo. Primeiro, a produção sermonária de Vieira é enquadrada no género demonstrativo como herdeira do que Cícero proscreeve, do que Santo Agostinho prescreve e ainda da visão de Quintiliano, algo desprendida da austeridade ciceroniana. O sermão de Vieira resulta, assim, de uma longa tradição que se vai ajustando a diferentes dominantes estéticas, culturais e religiosas, com variáveis nas técnicas, nos fins e nos públicos. A tipologia textual do sermão acaba por ficar dividida em dois géneros: o deliberativo, que visa “persuadir, dissuadir, estimular,

desestimular, solicitar, aconselhar, recomendar;” e o demonstrativo, quando se elogia ou se critica alguma pessoa, alguma coisa ou algum facto. Esta divisão assume particular importância no caso de Vieira porque, como assinala Arnaldo Espírito Santo, era ela que imperava quando o pregador decidiu estabelecer em definitivo, por escrito, 190 dos sermões que concebera. Os sermões laudativos ou panegíricos, pertencentes ao segundo grupo, são ilustrados através da análise dos recursos retóricos patenteados pelo sermão de Nossa Senhora da Luz, que no artigo se considera exemplar perfeito do género. Na parte final deste contributo, assinalam-se as diferenças evidenciadas pelos sermões de circunstância vocacionados para a celebração de acontecimentos faustos ou infaustos, pois aqui o panegírico aplica-se aos príncipes reinantes (ascendentes ou descendentes).

Por fim, José Camões e Isabel Pinto analisam um caso de recepção setecentista na literatura teatral portuguesa ao tratarem do acolhimento que teve em Portugal a tragédia de Voltaire *Le Fanatisme ou Mahomet le Prophète*. Estreada em Lille em 1741 e publicada no ano seguinte em Bruxelas, a recepção desta tragédia é estudada através de uma exploração detida da documentação existente graças aos *Documentos para a História do Teatro em Portugal (HTP online)*, um recurso do Centro de Estudos de Teatro da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Neste artigo são estudados os aspectos da tramitação na Real Mesa Censória, quer para a impressão, quer para a representação, e dá-se conta da disseminação notável de diferentes versões portuguesas. Camões e Pinto recensearam 8 testemunhos de 3 traduções diferentes, tendo determinado o que terá sido o texto-base francês e proposto uma leitura estemática por via da postulação de dois conjuntos testemunhais: por um lado, os que seguem as edições francesas, com maior ou menor proximidade; por outro, aqueles que mais detalhadamente fornecem indicações cénicas. Adicionalmente, a respeito do paradigma tradutório vigente, os autores defendem que o que parece determinar o êxito de uma tradução é um critério de bom senso e de bom gosto. Nesta medida, as traduções em apreço parecem servir o duplo propósito de estimular o uso correcto da língua e de fomentar a popularidade de Voltaire-autor-de-teatro no séc. XVIII português.

Depois desta apresentação sumária, é tempo de dar voz aos trabalhos sem ser por interposta pessoa. Apenas uma nota mais sobre o título destas palavras introdutórias. Num artigo publicado no número inaugural da revista *Variants*, H. T. M. Van Vliet fala de alguns desafios para as edições electrónicas e de alguns outros desafios que as edições electrónicas colocam (Van Vliet). O desafio maior é enunciado no próprio subtítulo do artigo, onde o autor sugere que o meio electrónico, em vez de ser um simples veículo alternativo, pode ocasionar soluções para problemas antigos. Caso não ocasione, então o meio electrónico evidenciará apenas a presença de vinho velho em garrafas jovens. O uso desta expressão figurada tem o antecedente mais ilustre em parábolas contidas nos Evangelhos de Mateus, Marcos e Lucas, cujo sentido é muito livremente adaptado pelo autor do artigo. Fazendo uso do que Van Vliet tem em mente, pode dizer-se sem margem para dúvida que este número da *eHumanista*, cujo

meio de difusão já não pode propriamente considerar-se novo, é portador de um conjunto de trabalhos cujas conclusões modificam o estado da arte nos campos que abordam. Vinho novo, portanto.

### **Obra citada**

Van Vliet, H. T. M. “Electronic editions. New Solutions for Old Editing Problems or Old Wine in New Bottles?” *Variants. The Journal of the European Society for Textual Scholarship* 1 (2002): 63-83.